

SIMETRIAS E ASSIMETRIAS EM UNIDADES RURAIS PRODUTIVAS NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA ¹

Vera Hiroko Okazaki Vieira ²
Sandra Mara Alves da Silva Neves ²
Rosália Casarin ²
Olinda Brito Leão Torres ²

² Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Campus Jane Vanini - Departamento de Geografia. Av. São João, s/nº. Bairro: Cavalhada. Cx Postal 242. 78200-000 Cáceres/Mato Grosso-MT.

verahiroko@unemat.br; ssneves@terra.com.br; rosarin@terra.com.br; olindinhak@ig.com.br

INTRODUÇÃO

As relações bilaterais entre países vizinhos é uma constante e os meios de produção podem ser simétricos ou assimétricos. Na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia, o caráter de ocupação se confunde com o processo histórico desses países. De acordo com LENA (1988) para compreender a “fronteira” em toda a sua dimensão se faz necessário analisar não somente os aspectos socioeconômicos e espaciais, mas incluir seus atores com suas inovações. Neste contexto o presente estudo analisou simetrias e assimetrias em unidades rurais produtivas, considerando área das unidades, práticas e políticas agrícolas adotadas na faixa de fronteira Brasil/Bolívia, conforme mostra a figura 01 com a localização da área de estudo.

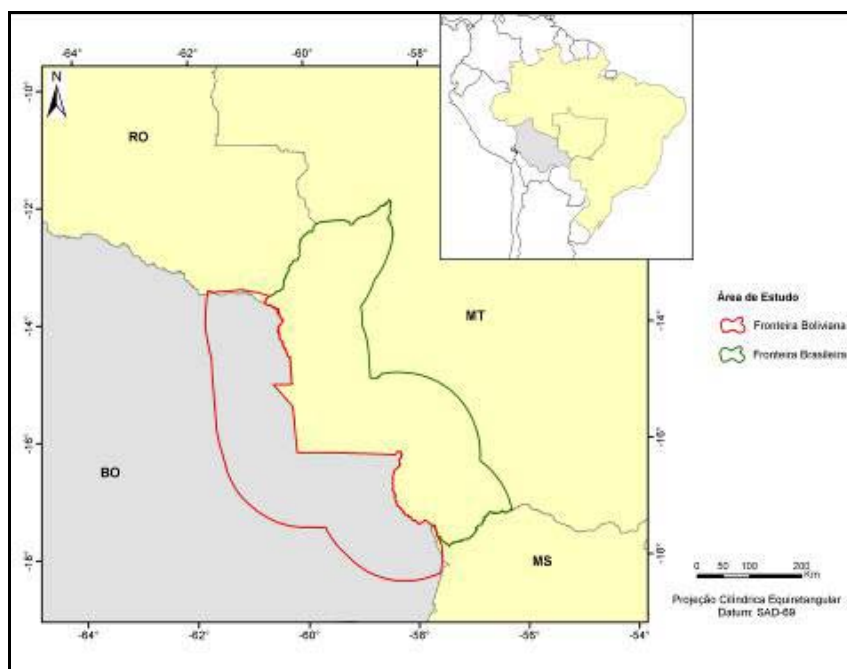


Fig. 01: Localização da área de estudo

¹ Eixo temático: 1. GEOGRAFÍA DE LA AMÉRICA LATINA EN TRANSFORMACIÓN POLITICA Y SOCIAL (Espacios fronterizos)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada através de informações bibliográficas e trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas de cunho exploratório e qualitativo que favoreceram a observação *in loco* e possibilitaram analisar os pontos de convergência e divergência nas práticas e ações desenvolvidas nesta região. Foram elaborados mapas temáticos utilizando bases cartográficas da DSG na escala de 1:100.000 e imagens de sensoriamento remoto do satélite Cbers 2, ano de 2007, que foram processadas nos SIGs Spring e ArcGis. As divergências ou assimetrias, a priori, referem-se à escala produtiva entre os dois países, proporcional ao tamanho das economias dos mesmos.

CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES RURAIS

A respeito da fronteira Brasil/Bolívia, trata-se de espaços cuja organização sócio-econômica esteve sob orientação de sistemas implantados pelos conquistadores espanhóis e portugueses, nos quais foram introduzidos relações de trabalhos forçados, seja de indígena ou negros, em áreas em que o trabalho era livre e comunitário, a exemplo do que ocorria nas nações indígenas. Destacam-se ainda relações de trabalho assalariado na maioria das vezes em detrimento do trabalho livre, além de relação de poder centralizado em mãos de grandes proprietários rurais, empresários urbanos, especuladores, entre outras, salientando a formação de sociedades cuja base sócio-econômica está fundamentada na geração de lucro.

Para Geiger (2002) as relações de produção na América que foram transplantadas do modo de produção capitalista estabelecidos na Europa, ressaltaram diferenças relacionadas a transições no capitalismo e nas articulações com a superestrutura. Na contemporaneidade, a mobilidade vertical pelo deslocamento de fronteiras, o pioneirismo do migrante que chegou à América com a idéia de romper a rígida estratificação social imposta pelos resquícios feudais seja da Europa ou da Ásia, possibilitaram a construção do *sef made man* a partir do trabalho em terras disponíveis ou pela prestação de serviços em áreas urbanas. Em vastas áreas, os surtos de expansão econômica e espacial permitiram a reprodução de pequenos, médios e grandes empreendimentos, embalados por esse processo transitório capitalista.

Segundo Harvey (1989 apud Geiger, 2002: 43), a partir da década de 1970, inaugurou-se um período de rápidas mudanças e incertezas com o aparecimento de novos sistemas de produção e *marketing*, caracterizados por processos de trabalho mais flexíveis, mobilidade geográfica dos mercados e por rápidas tendências nas práticas do consumo. O autor ressalta um novo regime de acumulação embasado na valorização do espírito empresarial sob orientação cultural pós-moderna, indicando um novo modo de regulação regido por um capitalismo chamado de flexível. Dentro deste contexto Geiger (2002: 43), questiona:

[...] por que não pode o mundo pós-moderno assistir a integração dos princípios do direito do homem, da liberdade da iniciativa empresarial e do mercado com princípios socialistas, sob inspiração de uma sociedade civil internacionalizada que se imponham em face de governos, autoridades e grandes empresas?

Pode-se salientar que, na atualidade, as grandes empresas multinacionais passaram a gerir o mercado de acordo com os seus interesses, passando por cima de interesses locais, regionais e até nacionais, mostrando sua força, pois todos os países destacando-se os mais pobres necessitam cada vez mais de investimentos externos. Nesse quadro da ampliação de acumulação capitalista o fator “homem” não é o mais importante.

Neste contexto a verdade que se mostra não atende as necessidades básicas de sobrevivência da maioria da população, ressaltando-se as dificuldades sociais e econômicas

da população da faixa de fronteira Brasil/Bolívia. Percebido quando se compara pequenas e grandes propriedades produtivas no Brasil como também na Bolívia atentando-se para as simetrias e assimetrias em estruturas produtivas que vão de encontro aos interesses socioeconômicos da minoria que controla o mercado e é detentora do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa análise comparativa a estrutura fundiária das áreas pesquisadas, apresentou relativa simetria no tamanho da área rural destinada à produção familiar de subsistência, variando de 25 a 50 de hectares em ambos os países. Entretanto, há uma diferença fundamental no perfil sócio-histórico entre as comunidades rurais de pequena produção quando se considera que, na Bolívia, a maioria das famílias atendida por programas de distribuição de terras possui tradição rural.

No Brasil falta essa tradição na maior parte das famílias assentadas que são geralmente oriundas das periferias urbanas, tanto de pequenas quanto de grandes cidades. Outra assimetria é a continuidade do êxodo rural (campo-cidade), movimento este já parcialmente superado no Brasil, cuja dinâmica atual tem ocorrido no sentido inverso, isto é, cidade-campo. Este fato reflete diretamente na escala de produção e na qualidade da mesma, considerando que produtores sem tradição agrícola, têm maiores dificuldades em relação àqueles que já possuem tradição rural, situação que pode ser minimizada com acompanhamento técnico e inversão de capital.

Nas comunidades camponesas e indígenas boliviana, esse acompanhamento técnico, embora temporário, permite melhor rendimento da produção familiar enquanto que essa ainda é uma reclamação freqüente dos assentados brasileiros. No Brasil, o governo federal é o principal órgão fomentador da produção e de infra-estrutura nos assentamentos rurais. Na Bolívia, as políticas públicas destinam recursos apenas para a compra da terra, que é coletiva sendo que os investimentos para a produção nessas comunidades rurais proporcionados por convênios entre igrejas, ongs e municipalidade.

A ocupação de extensas áreas de Cerrado e a aplicação de técnicas agrícolas modernas, o uso de insumos altamente tecnificados para cada tipo de produtos, como o plantio direto tem refletido na produtividade e qualidade, principalmente, da cultura da soja, porém destacando-se apenas em algumas propriedades na fronteira brasileira.

Na pecuária, as técnicas de inseminação artificial e melhoramento genético vêm contribuindo para o aumento da produção de carne mais favorável para o Brasil, considerando a carteira de exportações bem mais ampla do que a da Bolívia.

O Brasil exporta *comodities* como soja, algodão, carnes para várias partes do mundo enquanto as exportações bolivianas se resumem ao mercado interno e aos mercados colombiano e peruano, entretanto com maior possibilidade de diversificação de produtos como trigo, milho, soja, entre outros.

Nos dois países, o grande capital possibilita uniformizar setores agrícolas produtivos, tomando como exemplo a cultura da soja, cujo interesse transpõe as fronteiras destes países transformando, regiões antes pouco produtivas, em campeãs de produtividade. Em relação ao fomento, o Banco do Brasil é o principal órgão fomentador da produção, repassando os recursos através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), destinados à construção de moradia, cercas, aquisição de gado e em alguns casos para desmate. Nos assentamentos brasileiros até que a primeira produção ocorra, os assentados recebem cestas básicas, sendo estas suspensas assim que ocorre a primeira colheita, enquanto que alguns órgãos não governamentais também colaboram com os assentados, além das igrejas.

A pesquisa constatou o repasse dos recursos financeiros nos inúmeros assentamentos rurais do estado de Mato Grosso para a instalação de infra-estrutura, tais como construção de

moradia, lavoura, pecuária leiteira e pequena indústria. A figura 02 mostra a infra-estrutura dos assentamentos, no município de Cáceres, na faixa de fronteira, onde foram visitados os assentamentos: Katyra, Nova Esperança, Jatobá, Sapicuá, Corixinha.

Na Bolívia, a Reforma Agrária se limitou a distribuir as terras a camponeses que vivem em comunidades remanescentes de antigas áreas ocupadas por ancestrais de etnias variadas. A figura 03 refere-se à precária infra-estrutura de residências dessas comunidades.



Fig. 02: Infra-estrutura com apoio de fomento público-BR



Fig. 03: Residência de camponeses-BO

De acordo com as informações do coordenador de atividades do projeto de apoio agropecuário, em convênio entre Igreja e o governo departamental, as políticas públicas que deveriam liberar recursos federais para essa região não tem atingido a de faixa de fronteira há várias décadas.

Desta forma, para a minimização desses problemas socioeconômicos foi criada a Lei de Participação Popular, através de ações públicas departamentais, direcionadas a fomentar e estimular o desenvolvimento produtivo nas comunidades camponesas através de projetos variados, os camponeses

desenvolvem tarefas de responsabilidade dentro da comunidade a qual pertence, trabalhando em atividade de seu interesse, ou seja, pela produção agrícola para cultivo de café biológico, arroz, feijão, mandioca ou milho, ou pela criação bovina, geralmente leiteira.

Para tanto, organizam-se em grupos de trabalho e recebendo recursos em dinheiro ou em espécies (sementes, equipamentos, cabeças de rês, entre outros) para produzir dentro de prazo estabelecido pelo *cabildo* (Grupo de Liderança). O pagamento do recurso utilizado se dá na forma de devolução em espécie produzida, para que seja repassada a outro grupo familiar.

No tocante a organização social, as comunidades camponesas na Bolívia são representadas a nível local pelo *cabildo*, o que discute com os camponeses as ações a serem executadas.

Enquanto nos assentamento bolivianos os *cabildos* tem a função de manter as famílias atuando em grupos comunitários, nos assentamentos brasileiro a organização social esteja representada por associações de trabalhadores, na realidade estas geralmente não concretizam a representatividade social para a qual foram eleitas. Isso se explica perante aos assentados associados tendo em vista que cada assentado determina sua própria produção, incorrendo, geralmente, em frustradas tentativas de se manterem na terra e terminam, em muitos casos, vendendo as propriedades para terceiros, ou ao menos os benefícios existentes

nas mesmas. A constituição em associações caracteriza-se em simetria, entretanto os resultados das ações produtivas são assimétricas.

A grande produção agrícola tanto no Brasil como na Bolívia apresenta dados que demonstram que o capital consegue uniformizar setores em países distintos, exemplificando a produção da soja, cujo interesse transpõe as fronteiras destes países, transformando regiões antes pouco produtivas em campeãs de produtividade, em áreas de Cerrado nos dois países.

Em relação ao tamanho de propriedades, além de grandes e médias propriedades produtivas, semiprodutivas e até improdutivas, podem ser exemplificados condomínios rurais em área de faixa de fronteira brasileira, em que o módulo mínimo exigido é de 800 hectares e um número limitado de sócios atuando em sistema de cooperativa cuja função é intermediar a compra e venda de produtos relativos ao condomínio, otimizando custos para a promoção de maior rentabilidade aos associados.

Na Bolívia, a uma distância aproximada de 400 kms da faixa de fronteira, registrou-se a formação de comunidade rural em que dezenas de sócios produzem em áreas médias de 50 hectares por produtor, em grande produção agrícola diversificada, dentre elas a soja, algodão, trigo, arroz, milho, gergelim, girassol, entre outros, e gerenciada em sistema de cooperativa.

As estratégias criadas por estes dois modelos de grande produção diferem em um ponto essencial: no condomínio brasileiro, os produtores têm liberdade de escolha em relação ao que produzir, enquanto que na cooperativa boliviana, há uma clara programação do que se deve produzir, pois, segundo a direção da cooperativa esta é a forma de proteger os preços dos produtos, assegurando os investimentos da cooperativa. Há convergência entre a cooperativa brasileira e a boliviana quando se trata de redução de custos e de busca por financiamentos satisfatórios que levem à lucratividade, permitindo assim a acumulação de capital.

Em relação à pesquisa científica, há assimetria entre as propriedades do condomínio brasileiro e a cooperativa boliviana, em que pese esta última desenvolver pesquisas próprias e de intercâmbio com outras instituições nacionais e até internacionais (por ex: Fundação Mato Grosso) enquanto que no caso brasileiro, na área de fronteira a pesquisa é terceirizada, já estando programada a criação do centro de pesquisas do condomínio.

Com referência a produção em si, tanto no caso brasileiro como no boliviano, há uso intensivo de técnicas e de insumos modernos, em atendimento às necessidades de cada produto e da forma como são produzidos, como o plantio direto. No caso da pecuária, as técnicas de melhoramento genético, de inseminação artificial, confinamentos e outros que ocorrem nos dois países.

O Brasil destaca-se na comercialização dos produtos agropecuários decorrente do fato de possuir uma carteira de exportações bem mais ampla do que a da Bolívia. Enquanto o Brasil exporta produtos básicos como soja, algodão, carnes e outros para países da União Européia, além de China, Japão, Estados Unidos, as exportações da Bolívia se resumem aos mercados interno, e colombiano e peruano.

Assim sendo, as divergências ou assimetrias mais contundentes observadas, a priori, são referentes à escala produtiva entre os dois países.

No tocante a contribuição social, quando comparados os dois casos, a pesquisa permite dizer que a cooperativa boliviana destacada neste estudo tem grande representatividade social atuando na educação, transporte, saúde, lazer, segurança, etc. extrapolando os resultados que beneficiam não somente os sócios, funcionários e familiares mas é extensivo à comunidade local e regional.

Enquanto o condomínio rural brasileiro restringe sua atuação social ao grupo minoritário, constituído pela elite fundiária e número reduzido de funcionários diante dos recursos tecnológicos utilizados.

Dentro deste contexto, ressalta-se que tanto a cooperativa boliviana como o condomínio rural brasileiro conseguem manter-se inseridos nesse modelo econômico globalizante, utilizando-se de estratégias de continuidade no mercado competitivo.

Considerações Finais

As discussões teóricas e a pesquisa a campo contribuíram para aprimorar o conhecimento sobre as estruturas produtivas de pequenas e grandes produções agrícolas vigentes na faixa de fronteira Brasil-Bolívia. A estrutura fundiária dos dois países tem relação direta com a atual estrutura agrária dos mesmos, lembrando ainda, que no Brasil houve a ocupação de grandes áreas naturais pela implantação de projetos de assentamento e colonização agrícola impulsionados pelos programas desenvolvimentistas do governo federal.

As políticas econômicas atuaram na contramão da manutenção das pequenas propriedades implantadas pelos projetos de colonização e a modernização agrícola conservadora permitiu a continuidade de latifúndios. A reaglutinação da maioria das pequenas propriedades transformou-as em grandes propriedades agrícolas tecnificadas e capitalizadas, as quais constituem a força da grande produtividade agrícola brasileira.

A partir da década de 1990, na faixa de fronteira muitas foram as propriedades desapropriadas ou vendidas pelo processo de compra e venda, atendendo a demanda por terras de trabalhadores sem terra, sem-teto, constituindo os diversos assentamentos rurais implantados na região, entre eles os já citados no texto.

Na Bolívia, por sua vez, em 1953 ocorreu a reforma agrária que dividiu grandes propriedades em pequenas parcelas, podendo chegar a minifundiarização, que se mostrou insustentável pela falta de políticas agrícolas eficientes, direcionando para nova concentração das terras.

Nos dois países, a similaridade destaca que a produção agrícola nas pequenas propriedades não se encaixa no modelo econômico vigente de grande escala da produção, considerando que a produção básica e de subsistência é desenvolvida com baixo nível tecnológico, resultando em pouca produtividade.

Os trabalhadores rurais mostram-se sem expectativa de melhoria de condições de vida como pequeno produtor. Dentro desse contexto, a pequena produção precisa minimizar dificuldades ligadas a problemas fundamentais, tais como: políticas públicas de produção rural, que significa mais créditos, políticas de mercado e de distribuição de renda, técnicas e práticas agrícolas de aperfeiçoamento, entre outras.

Referências Bibliográficas

GEIGER, Pedro P. América, America. In: *Geografia e Meio Ambiente*. Bertha Becker, K.... et al. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LENA, Philippe. Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia. IN: *FRONTEIRAS*. Catherina Aubertin, Bertha Becker... et al. (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTON, 1988.